

## **Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados\*** **(Aging and dependence: challenges to be faced)**

Silvia Virginia Coutinho Areosa\*  
Antonio Luiz Areosa\*\*

**Resumo** – O envelhecimento da população mundial e a questão da dependência são dois importantes desafios que os países terão que enfrentar neste século. Esses desafios requerem maiores exigências econômicas e sociais e necessitam de políticas e programas adequados para que a seguridade social possa continuar atendendo as necessidades das pessoas com mais de 65 anos e das que sofrem de algum tipo de dependência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) sustenta que todos os países e, principalmente, os em vias de desenvolvimento precisam fazer planos e agir, pois as medidas para ajudar que as pessoas de mais idade continuem ativas devem ser tratadas prioritariamente. As taxas de dependência das pessoas idosas mudam rapidamente em todo mundo (a tendência é de que quase dupliquem até 2025) e mostram o prognóstico das políticas previdenciárias ao longo dos anos. Este estudo bibliográfico tem por objetivo mostrar a importância da seguridade social no Brasil, nas formas de aposentadoria, pensão e benefícios. Para tanto fará uso de dados secundários colhidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2002).

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Dependência. Seguridade. Política previdenciária.

**Abstract** – The aging of the world-wide population and the question of the dependency are two important challenges that the countries will have to face in this century. These require greater economic and social exigencies and need policies and suitable programs so that the social security can continue taking care of the necessities of the people with 65 years and more as well as those than suffer of some type of dependency. The World-wide Organization of the Health (the WHO) sustains that all the countries and mainly the developing need to formulate plans and to act, because the measures to help that the people of more age continue active are than a luxury more, a priority. This bibliographical study must by objective show the importance of the social security in Brazil, in the forms of retirement, pension and benefits. For as much it will make use of secondary dices harvested through the Brazilian Institute of Geography and Statistic – IBGE (2002).

**Key words** – Aging. Dependency. Security. Policy retirement.

---

\* Artigo recebido em 05.03.2008. Aprovado em 08.07.2007.

\* Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul/RS - Brasil; Mestre em Psicologia Social e da Personalidade e, Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Programa de Doutorado Sanduíche no Departamento de Psicologia Evolutiva e da Educação na Universidade de Barcelona, Espanha, com bolsa PDEE da CAPES/Brasil. E-mail: sareosa@unisc.br.

\*\* Professor da Universidade da Região da Campanha – URCAMP – São Gabriel/RS - Brasil; Especialista em Administração Hospitalar, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC, Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Pós-Doutorado no Departamento de Psicologia da Educação na Universidade de Barcelona, Espanha. E-mail: antonioareosa@yahoo.com.br.

## **Introdução**

O envelhecimento da população brasileira é um dos grandes desafios a serem enfrentados, pois se estima que no ano de 2025 o Brasil terá 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos (aproximadamente 15% da população) e será o sexto país em número de idosos (TERRA, 2005). Nos países em desenvolvimento, a velhice, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 1982), é definida a partir dos 60 anos, enquanto nos países desenvolvidos inicia aos 65 anos. Esta diferença de cinco anos pode ser entendida como uma das limitações do nível de desenvolvimento e nos faz pensar em termos de qualidade de vida e expectativas em relação à longevidade.

Este fato é decorrente dos avanços científicos e das novas tecnologias, principalmente na área da saúde. As alterações na distribuição da pirâmide etária se refletem no aumento da participação relativa da população idosa, em relação aos demais grupos etários. Ocorre, conseqüentemente, uma diminuição dos grupos mais jovens e o aumento absoluto da população adulta, particularmente da idosa. Esta nova configuração etária denota o aumento da esperança de vida ao nascer, da população brasileira, a qual, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), foi estimada em 67,9 anos para homens e 75,5 anos para as mulheres.

Observam-se mudanças nas famílias, no casamento, nas relações sociais e produtivas, nas empresas frente aos que estão em plenas condições de trabalho e estão sendo afastados. Muda o perfil humano e a forma de entendê-lo, mudam os papéis sociais, o sistema habitacional e o lazer. As conquistas da saúde, a descoberta da importância da inserção social, o projeto de vida são determinantes na mudança social em função do envelhecimento.

Hoje, verifica-se que o grau de dependência dos idosos é, em boa parte, determinado pela provisão de rendas por parte do Estado, observando-se que, quando este reduz ou aumenta os benefícios previdenciários, está atingindo uma fração considerável dos rendimentos de famílias inteiras. Assim, o perfil do sistema previdenciário, construído hoje, influirá na distribuição futura da renda das famílias, podendo ser usado para repartir riquezas não só entre indivíduos, mas também, entre gerações (CAMARANO, 1999).

Os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que a renda média dos maiores de 60 anos é superior a dos jovens (aqueles com menos de 30 anos) e que a proporção de chefes idosos residentes em casa própria é, também, superior. Isso reforça a hipótese de que os idosos que recebem o benefício da aposentadoria ou pensão estão em melhor situação econômica que os jovens, os quais estão conseguindo se inserir, cada vez

mais tardiamente, no mercado de trabalho e, às vezes, não conseguem acessá-lo (CAMARANO, 1999, 2001, 2002).

A aposentadoria tem-se transformado na única fonte de renda de 12 milhões de famílias brasileiras, como demonstram os dados do IPEA. A realidade do idoso, enquanto chefe de família, no Brasil, faz com que o filho adulto (quando termina o casamento ou fica desempregado) acabe voltando para a casa dos pais. A família faz a mediação entre o mercado e os indivíduos, pois distribui rendimentos entre seus membros, quer participem ou não de sua geração, assim como faz a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, direta ou indiretamente, os benefícios recebidos. Este idoso, cada vez mais, está redistribuindo sua aposentadoria ou pensão entre os seus familiares (pessoas que vivem com ele e que não estão conseguindo se manter).

Dessa forma, o benefício recebido pelo idoso, que é proveniente da previdência social, na forma de aposentadoria e pensão, cumpre uma função de proteção social importante. Através dele é possível constatar, no espaço familiar, uma revalorização da pessoa idosa que, de posse da renda oriunda de sua aposentadoria, obtém uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar. Dessa forma, os idosos invertem o papel social de assistido para assistente.

As condições de dependência variam de indivíduo para indivíduo, sendo muitas vezes influenciadas por fatores adversos como a qualidade do cuidado recebido ou restrições ambientais que dificultam o deslocamento. Pensar no melhoramento das condições de vida deste estrato social pode implicar muitas vezes pensar soluções práticas de facilitação da vida, não só do dependente, como também do cuidador (pessoa que auxilia nas atividades diárias). Uma parte do cuidado dos idosos é colocada sob a responsabilidade da família, especialmente das mulheres. A base a idéia de dependência do idoso é vista como estando relacionada à produção/consumo, manutenção ou não da saúde, capacidade/incapacidade física e mental e realização ou não de tarefas domésticas (CAMARANO, 2002).

## **1 A situação do envelhecimento e das famílias de idosos no Brasil: a nova dependência**

O envelhecimento da população brasileira tem sido acompanhado por importantes mudanças. Mudanças essas ligadas ao desenvolvimento de novas tecnologias, ao aumento da escolarização (especialmente da feminina), às mudanças nas relações de gênero com o ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho, à universalização da seguridade social,

à melhoria dos níveis de saúde e, mais recentemente, às mudanças no mundo do trabalho e à crise do *welfare state*, dentre outras (KRELING, 2002, p. 370).

Com relação à expectativa de vida por sexo, o Brasil apresenta características básicas em sua população idosa, predominando o número de mulheres de idade avançada sobre o de homens. Segundo Heredia (2000), essas sobrevivem em média cinco anos ou mais que os homens, em função da maior tendência de mortalidade masculina.

Na maioria dos estudos demográficos, predomina a preocupação com a pressão que o crescimento da população idosa possa fazer sobre os gastos previdenciários. No que tange ao uso dos serviços de saúde e, conseqüentemente, com os seus custos, não se conhece nenhum trabalho que tenha medido o tipo de repercussão que a melhora nas condições de vida da população idosa possam ter nesses gastos. Pode-se supor que melhores condições de vida possam levar a uma menor pressão sobre os gastos com a saúde e os previdenciários. Naturalmente, isso depende de uma associação positiva entre maior longevidade e melhores condições de saúde. Em 2002, quase 400 milhões de idosos viviam nos países em desenvolvimento e a previsão é de que, em 2025, esta cifra chegue a aproximadamente 840 milhões, o que representará 70% das pessoas com mais de 65 anos do mundo.

Os trabalhos mencionados por Camarano (2002, p. 4) apresentam uma perspectiva comum, referindo que gastos sociais com o envelhecimento representam, sobretudo, consumo para o Estado:

Alguns trabalhos de cunho prospectivo chegam a alardear catástrofes, colocando em risco a reprodução da vida social, caso as contribuições e/ou impostos não aumentem ou o valor dos benefícios sociais não sejam reduzidos, ou, mesmo, a idade mínima para a aposentadoria não aumente. Na verdade, apresentam uma preocupação puramente contábil e politicamente “neutra”. Contraditoriamente, instituições sociais como a aposentadoria, que foram criadas para gerir riscos, são transformadas em fontes de produção de outros riscos como a inviabilização do sistema [Debert (1999)]. Na verdade, a prioridade das políticas públicas deveria ser com a qualidade de vida e o bem-estar coletivo.

Segundo dados do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1996 e 2000, é crescente o número de famílias que possuem idosos como chefes e filhos morando junto. A proporção passou de 32% em 1986 para 36% em 1996 e 41% em 2000. Isso pode ser efeito da crise econômica que faz com que os filhos saiam mais tarde de casa ou dos que retornam após o casamento, estando separados ou não.

Conforme Camarano (1999), os rendimentos da população idosa decrescem com a idade, mas ainda situam-se num patamar mais elevado do que os da população jovem, que vêm encontrando dificuldades para se colocar no mercado de trabalho. A maior parte dos

rendimentos dos idosos provinha da aposentadoria em 1996, representando 58% da renda dos que tinham entre 65 e 69 anos e, 80% dos maiores de 80 anos. Observa-se que os idosos são responsáveis por uma contribuição importante na renda das famílias: 69% quando o idoso é o chefe.

Entre os idosos que participam da PEA (População Economicamente Ativa), 52,7% eram aposentados ou pensionistas no período entre 1997 e 2000. Isso pode ser tomado como indicador de que o benefício pago ao assegurado seja insuficiente no provimento de suas necessidades básicas ou para manter o padrão de vida adquirido pelo trabalho ao longo de sua vida. O fato de o idoso ser o chefe da família muitas vezes faz com que o mesmo necessite retornar ao mercado de trabalho. Isso faz com que ele se submeta a atividades precárias e sem proteção social, pois a aposentadoria não consegue garantir uma boa qualidade de vida (BULLA; KAEFER, 2003).

Com a ampliação do desemprego e o incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra, as famílias acabam dependendo mais de seus idosos, que passam a contribuir com os benefícios previdenciários ou com a renda do trabalho, para a renda familiar. Tal situação é corroborada pelos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), os quais ainda revelam que a contribuição da renda do idoso na renda familiar é tanto maior quanto menor é o nível de renda desse grupo. Ou seja, a proporção da renda do chefe idoso na renda familiar é de cerca de 70% quando ele recebe menos de três salários mínimos, enquanto para aquele que recebe acima de 10 salários mínimos a sua contribuição para a renda familiar é em torno de 40% (KRELING, 2002).

A aposentadoria deveria garantir os recursos necessários para uma velhice com qualidade de vida, onde o idoso pudesse suprir suas necessidades básicas e também o seu lazer. Somado ao fenômeno demográfico, do envelhecimento populacional, encontra-se um país com intensas transformações econômicas e sociais. Yamamoto (2004) lembra que, em tempos de crise, o capital concentra poder e globaliza miséria, o que torna o crescimento do desemprego e do subemprego um fenômeno mundial. Nesse contexto, verifica-se a redução da presença estatal no mercado e nas políticas sociais, com restrição dos orçamentos governamentais nesse campo, tornando as políticas sociais focalizadas, restritas aos segmentos da população mais pauperizados.

As desigualdades sociais vigentes no país tornam-se mais agudas na velhice, principalmente, levando-se em consideração que as transformações sociais, econômicas e culturais desenvolvidas nos últimos anos, com o rápido processo de urbanização, têm provocado o enfraquecimento das relações na comunidade e na família, tradicionais suportes

na integração e cuidados ao idoso.

Assim, as transformações geradas na economia nacional, nos últimos anos, segundo Kreling (2002), ocorreram a partir abertura comercial e dos processos de reestruturação produtiva e organizacional, o que produziu profundas modificações na estrutura e nas condições de funcionamento do mercado de trabalho. Essas alterações, responsáveis, em grande medida, pela ampliação do desemprego e pelo incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra, envolveram segmentos importantes da força de trabalho. Nesse ambiente econômico, a população idosa que já se configurava como um dos segmentos mais vulneráveis, quanto à sua participação como força de trabalho, cuja inserção já tomava as posições mais precárias, agora passa a ser ainda mais penalizada.

O censo demográfico de 2000 sugere uma inversão na relação de dependência das famílias, tendo verificado que 62,4% dos responsáveis pelos domicílios possuem 60 anos ou mais (10.880.624). Por isso, reconhece-se a importância dos benefícios previdenciários, que operam como um seguro de renda vitalício.

A análise das diferenças na incidência de pobreza entre idosos e não-idosos revelou que, de um modo geral, a percentagem de pobres tende a ser menor entre os idosos do que entre os não-idosos. “O grau de pobreza entre os idosos é de 23%, ao passo que entre os não-idosos é de 39%. Esse fato deve-se, em grande medida, à renda dos idosos. Na falta de renda própria, o grau de pobreza dos idosos e daqueles que vivem em famílias com idosos seria mais de três vezes superior (72%)” (KRELING, 2002, p. 248).

Portanto, o atual sistema previdenciário, somado à capacidade própria de poupança da população, tem sido capaz de resolver de forma satisfatória a pobreza entre os mais idosos no país, se comparada à capacidade da política social brasileira em resolver a questão da pobreza nos demais segmentos da sociedade. “Além disso, do ponto de vista econômico, a presença dos idosos não representa um aumento na razão de dependência. De fato, demonstramos que a renda média dos idosos é mais elevada que a renda per capita da maioria dos domicílios, em particular dos pobres”. Portanto, diz a autora, a presença dos idosos, em vez de ser uma das razões para um maior grau de pobreza entre os não-idosos, na verdade, é responsável por reduzir o seu grau de pobreza – “a pobreza entre os não-idosos seria dois pontos percentuais maior, caso os idosos constituíssem domicílios separados” (KRELING, 2002, p. 249).

Cabe, portanto, ao governo e à sociedade, implementar políticas abrangentes, não só no que diz respeito à infra-estrutura de saúde e assistência social ao segmento idoso, como de uma aposentadoria mais digna e oportunidades para melhor explorar suas potencialidades, seja no trabalho ou no desempenho de novos papéis, bem como políticas de inclusão no

mercado de trabalho para as populações mais jovens.

## 2 **Envelhecimento e deficiência: um agravante para o provedor econômico**

Outro elemento que deve ser tratado diz respeito às condições orgânicas – física e/ou mental – que impactam a população idosa com o passar dos anos. Além do aumento da longevidade, despontam situações estruturais e funcionais que podem ser comparadas as das pessoas portadoras de deficiência. Em relação à quantificação, Rajczuk e Castro (1999) projetam que o número de idosos com mais de 65 anos – que irão habitar o Brasil no primeiro quarto do século XXI – oscilará entre os 15% e 16% da população total, e a população de pessoas portadoras de deficiência já é de 14,5%.

Para corroborar que essa questão merece atenção dos governos em todas as suas esferas, Soares (2004) aponta para o número de residentes, que apresentam algum tipo de deficiência de ordem cognitiva, motora e sensorial em alguns países: nos Estados Unidos, 15% da sua população é portadora de deficiência; no Reino Unido, está na faixa dos 10%; na Alemanha, 13,1%; na Espanha, 9%. Pelos números apresentados e os países elencados, o autor entende que deve ser construída e instituídas políticas que foquem a diversidade, particularidade e a complexidade dos portadores de deficiência, estando inclusas neste rol as pessoas com mais de 60 anos.

Conforme o Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existe na população brasileira cerca de 24.600.000 de pessoas com algum tipo de deficiência. Esse é o último dado oficial levantado. Ele corresponde a 14,5% dos residentes. Ocorreu nos últimos anos, entre os Censos de 1991 e o de 2000, uma variação de 13,09 pontos percentuais no número de pessoas com deficiência no país.

Aponta-se como a principal razão para o aumento no número de pessoas com deficiência a alteração dos instrumentos de coleta de dados, incluindo o modelo social. O emprego desta metodologia demonstrou que a população com deficiência no Brasil tem crescido, em decorrência do aumento na expectativa de vida da população, aliado ao aumento da violência urbana, como assaltos, ocorrências no trânsito, entre outros motivos. Atualmente, há uma tendência de incluir a deficiência a partir do modelo social. Os dados oficiais de deficiência, coletados no Censo de 2000, seguiram a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que, em seu questionário amostral, utiliza um critério baseado em dois esquemas distintos: o primeiro, formado a partir de um modelo centrado nas características corporais, como no Censo de 1991, e pesquisas anteriores; o segundo, montado sobre uma

escala de gradação de dificuldades na realização de tarefas pelo indivíduo. A captação de dados, assim, evolui, em sua concepção, para uma semelhança com outros instrumentos de pesquisas que são utilizados na atualidade.

Dessa forma, o Censo 2000 garantiu um grau aceitável de comparabilidade com o de 1991, ao mesmo tempo em que marcou uma transição para uma nova forma de registrar informações sobre a deficiência no país. As perguntas levaram em conta a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), Deficiência e Saúde da OMS, com um foco em atividade. Embora seja possível e importante continuar a melhorar a coleta das informações sobre deficiência no país, é preciso dizer que o progresso foi significativo. Agora, cabe ao Brasil atualizar os dados sobre o envelhecimento populacional e a deficiência e aumentar os estudos sobre dependência e sua relação, como já fazem países como Espanha e França, por exemplo.

Em 1998, já havia uma preocupação com a questão da dependência do idoso na Espanha. Moragas (1999) ao abrir uma coletânea que organizou após o ciclo de conferências denominado “El reto de la dependencia al envejecer”, na Universidade de Barcelona, afirmava que o fenômeno do envelhecimento da população humana com independência, autonomia e elevada qualidade de vida será uma das grandes novidades do 3º milênio. No entanto, chama atenção para o fato de que o progresso social não acaba com os problemas e entre a população idosa aparecem às pessoas dependentes. Estas necessitam de atenção sanitária e social, pondo à prova os mecanismos de previdência social, tanto pública como privada. Segundo o autor, o estado de bem-estar social não desaparecerá na Europa, porém as bases em que ele está alicerçado devem ser revistas, para que possa continuar assegurando todas as pessoas aposentadas.

Entendendo que um número expressivo de idosos e portadores de deficiência física precisa continuar desenvolvendo atividades laborais, Areosa (2004) alerta para os obstáculos que a população brasileira encontra no seu cotidiano. Problemas como acessibilidade (em especial as barreiras arquitetônicas, que dificultam o acesso e o deslocamento), o uso de equipamentos e instrumentos inadequados pode agravar e deixar seqüelas significativas nos deficientes. Para eliminar estes transtornos, Nakamura (2003) faz menção sobre a Lei Federal 10.098/2000 que define como devem ser tratadas as questões de acessibilidade, ou seja, as barreiras que oferecem obstáculos ao acesso das pessoas com limitações quanto à mobilidade.

Conjugando envelhecimento e deficiência, ressaltando que em ambas as situações (envelhecer e/ou ser deficiente) não significa necessariamente estar doente, Trindade (2005, p. 88) afirma que é neste segmento populacional que encontramos situações que dificultam o



desempenho de atividades diárias, ou seja, “são pessoas com restrições na capacidade funcional que necessitam, muitas vezes, de adaptações do ambiente, para a manutenção de sua autonomia”.

Nos países europeus, onde o envelhecimento começa a ser um dado integrado à gestão social da população, a dependência aparece como um problema novo, diretamente ligado à idade avançada, principalmente acima dos 85 anos. Dessa forma, apesar de não termos dados concretos, também deve crescer muito o número de pessoas com dependência.

É necessário lembrar que a dependência se traduz pela necessidade de uma ajuda indispensável às atividades elementares da vida. Não é só uma incapacidade que cria a noção de dependência, mas a dualidade da incapacitação e da necessidade de auxílio. Não se deve considerar a dependência como um estado fixo. Pode-se dizer que se trata de um processo cuja evolução pode modificar-se e até prevenir-se, reduzindo suas manifestações através de serviços e ambientes adaptados. Com a dependência e a perda de autonomia, faz-se necessário considerar que estamos diante de uma limitação das atividades da vida diária.

Triadó e Villar (2006) também lembram que, na quarta idade, a vida depois dos 80 anos pode ser muito difícil, pois grande parte das pessoas que atingem essa idade possui problemas de saúde, que muitas vezes impede a sua independência e a autonomia.

O apoio social é um fator importante para a pessoa com mais idade poder manter-se com autonomia e ter um envelhecimento satisfatório, sem tantos efeitos negativos. Pinazo (2006) refere que as pessoas de idade que participam das redes sociais de forma ativa e que recebem apoio social informal são detentoras de uma melhor saúde física e mental. Dentro desse contexto, o autor avalia que a família é a principal fonte de apoio informal.

A ajuda formal e informal tem sido uma questão discutida na França. Por exemplo, sobre a dependência e o papel da família, Pitaud (1999) diz que há exigência de trocas recíprocas entre as pessoas, onde as mesmas pensem que “se os meus pais cuidaram de mim quando eu era pequeno, agora eu cuidarei deles”.

Assim, a solidariedade familiar que existe entre pais e filhos é muito importante, se entrelaça com a afetiva, com a psicológica e a social e, segundo Moragas (1995), o Estado possui interesse em que esta se mantenha e se fortaleça, pois a solidariedade econômica acaba não só mantendo os idosos dependentes, mas também os filhos desempregados, ou netos, etc.

No Brasil, a Constituição de 1988 afirma que o suporte aos idosos deve ser dado pela família, pela sociedade e pelo Estado, preferencialmente em seu domicílio, o que acaba colocando a família com a maior responsabilidade. As relações de cuidado dentro das famílias, segundo Goldani (2004), são cada vez mais importantes para as mulheres que são as

principais cuidadoras, na maioria das sociedades.

Existem autores como Díaz (1999), que fazem projeções em relação às pessoas dependentes, afirmando que há diferença significativa em relação à categoria gênero em quase todas as idades, devido à sobremortalidade masculina, principalmente nas idades mais avançadas. Esse fato tem especial relevância sobre as projeções em relação à dependência. E as taxas de incidência de deficiências, as diferenças entre os sexos com relação à saúde e condições socioeconômicas são muito acentuadas nestas idades. As deficiências relacionadas a problemas de saúde são mais freqüentes nas mulheres, mas a proporção de mulheres que não tem nenhuma doença até os 80-84 anos também é superior. O grupo dos mais velhos é que possuem a maior porcentagem de deficiências entre os grupos de idosos, como era de se esperar e dentre eles, dois terços são mulheres.

Dessa forma, com o aumento do número de idosos e do número de pessoas dependentes, também aumenta a preocupação em relação a quem vai dar conta dessas situações. Até o momento a família é quem vem arcando com esta situação, praticamente sem ajuda e isso mudaria para serviços prestados por entidades públicas e privadas. Os cálculos que fazem em relação à previdência são de que em 2025 teriam que aumentar os impostos em 13% para dar conta da provisão de recursos (BANÚS; ÁLVARO, 1999).

Assim, aumentam as preocupações em relação aos gastos com aposentadoria, mas também com as deficiências e com os serviços de saúde. Assim, muitos autores prevêem que os seguros privados serão uma peça fundamental para dar conta da qualidade de vida dos idosos do século XXI. E, não se pode esquecer das questões políticas e econômicas que estão implicadas, tanto para manter a seguridade social como para ampliar a seguridade privada.

Dentro desse contexto, é necessário que vejamos que os processos dos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento são diferentes. Observando o mundo desenvolvido, é freqüente que o desenvolvimento socioeconômico tenha sido acompanhado pelo envelhecimento da população. Enquanto os países desenvolvidos enriqueceram antes de envelhecer, os países em vias de desenvolvimento estão envelhecendo rapidamente antes que se produza um aumento considerável da riqueza.

No Brasil, a nova Constituição (1988) garantiu as pensões não-contributivas e isso representa importante parte do sistema de seguridade brasileiro e uma forma de melhorar as condições de vida das pessoas e particularmente dos idosos. Assim, pode-se citar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é um ingresso mensal que todos os idosos de 65 anos ou mais têm direito. Esse benefício garante suas necessidades básicas, seu sentimento de auto-suficiência e/ou ajuda a buscar sua participação e integração na comunidade.

Camarano (2002) refere que, em 1999, os benefícios dos idosos (compreendidos por aposentadorias e pensões) correspondiam a 58% do total dos rendimentos dos domicílios rurais e 51% dos domicílios urbanos.

Apesar de ser esse um avanço significativo e que, por vezes, mantém a economia de alguns municípios do país, é preciso melhorar outros aspectos sociais para que possam contribuir para as condições de saúde e participação social mais ativa por parte das pessoas.

### **Considerações finais**

Faz-se importante salientar que, no Brasil, a implantação de uma política nacional para pessoas idosas é recente; só ocorreu em 1994. Rodrigues (2001) refere que foi na década de 1970, com o aumento significativo da população idosa em nossa sociedade, que surge a preocupação de alguns técnicos da área governamental e do setor privado com a questão social do idoso.

Em países como o Brasil, esse processo gera uma série de implicações que conduzem, necessariamente, a uma reavaliação das estratégias de planejamento, por parte do Estado, direcionadas a políticas públicas e sociais no âmbito da família e da sociedade. O aumento da proporção de pessoas idosas, no total da população, faz com que as demandas específicas deste segmento adquiram dimensões maiores, exercendo pressão sobre o conjunto da sociedade.

E, quando pensamos em políticas sociais, estas precisam ser adequadas ao perfil epidemiológico da população-alvo, ou seja, precisamos direcionar os programas para atender ao recorte de classe social, gênero e etnia, levando-se em conta a diversidade desta população.

### **Referências**

AREOSA, Antonio Luiz. O portador de necessidades especiais e o mercado de trabalho: a contribuição da ergonomia no processo de inclusão do PNEs no setor fumageiro. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BANÚS, J. L. S.; ÁLVARO, J. I. Sistema de Pensiones Situacion Actual y previsiones de Futuro. In: MORAGAS, Ricardo Moragas (Org.). *El Reto De La Dependencia Al Envejecer*. Barcelona: Ed. Herder, p.147-163, 1999.

BULLA, L.C.; KAEFER, C.O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, PUCRS, ano 2, n. 2, 2003.

CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro:

IPEA, 1999.

\_\_\_\_\_. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica..* Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 05 Jjn. 2004.

\_\_\_\_\_. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 05 jan. 2004.

CENSO demográfico *Banco de dados agregados do IBGE, 2000.* Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2004.

DÍAZ, Julio Pérez. Proyección de personas dependientes al horizonte 2020. In: MORAGAS, Ricardo Moragas (Org.). *El reto de la dependencia al envejecer.* Barcelona: Herder, 1999. p. 69-88.

GOLDANI, Ana Maria. *Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar.* Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? APEP/ Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Disponível em: <www.apep.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2007.

HEREDIA, Olga Collin. Mulher e velhice demográfica. In: STREY, M. N.; MATTOS, F.; FENSTERSEIFER, G.; WERBA, G. *Construções e perspectivas em gênero.* São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000. p. 120-134.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000.* Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:

<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf >. Acesso em: 8 set. 2005.

KRELING, N. H. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). *Transformações do mercado de trabalho metropolitano.* 2002. p. 97-120.

MORAGAS, Ricardo Moragas (Org.). *El reto de la dependencia al envejecer.* Barcelona: Herder, 1999.

\_\_\_\_\_. *Gerontología social: envejecimiento y calidad de vida.* Barcelona: Herder, 1995.

NAKAMURA, Eunice. *Inserção do portador de necessidades especiais no trabalho bancário.* Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ONU – Organização das Nações Unidas *A Assembléia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento.* Viena, Áustria: ONU, 1982.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílio Banco de dados agregados do IBGE, 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2005.

PINAZO, Sacramento. Relações sociais. In: TRIADÓ, Carme; VILLAR, Feliciano (Coord.). *Psicología de la vejez.* Madrid: Alianza Editorial, 2006. p. 253-282.

PITAUD, Philippe. La dependencia y su prise en charge (responsabilidad). In: MORAGAS, Ricardo Moragas(Org.). *El reto de la dependencia al envejecer.* Barcelona: Herder, 1999. p. 17-30.

RAJCZUK, L.; CASTRO, R. C. G. Eventos discutem cuidados com os idosos. *Jornal da USP*, abr. 1999, p. 8-9.

RODRIGUES, N. C. Política Nacional do Idoso – retrospectiva histórica. *Estudos*

*Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 3, p. 149-158, 2001.

SOARES, M. Um resgate da cidadania: contribuições da ergonomia e do design industrial para o projeto de produtos para deficientes. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Ergonomia, Salvador, 2004.

TERRA, Newton Luiz. E os idosos? *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 17, jan. 2005.

TRIADÓ, Carme; VILLAR, Feliciano (Org.). *Psicología de la vejez*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

TRINDADE, J. L. A. Lazer e envelhecimento com dependência. In: DORNELLES, B.; COSTA, G. J. C. (Org.). *Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos*. Porto Alegre: Dora Luzzatto. 2005. p. 88-93.